

Representações de Gênero e Resolução de Conflitos Morais entre Jovens na Escola

Gender Representations and Resolution of Moral Conflicts among Young People at School

Representaciones de Género y Resolución de Conflictos Morales entre los Jóvenes en la Escuela

Leonardo Lemos de Souza¹

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi investigar como as representações dos jovens sobre gênero atuam no modo como eles interpretam e resolvem uma situação de conflito moral na escola. Parte-se dos referenciais da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento e de perspectivas críticas sobre os estudos de gênero, como contribuintes de aspectos conceituais e metodológicos, na análise do funcionamento psíquico. Foram levantadas informações com 400 jovens (15 a 21 anos) de escolas públicas e particulares que responderam por escrito a quatro questões sobre os sentimentos, os pensamentos e o dever das personagens (meninos ou meninas) diante de uma situação de homofobia na escola. Analisou-se a perspectiva de gênero na resolução do conflito considerando o sexo das personagens e o sexo dos participantes. Os resultados demonstram que as representações de gênero têm papel relevante no modo como os(as) jovens resolvem conflitos interpessoais, marcando a reprodução de estereótipos nas relações sociais entre os gêneros na escola.

Palavras-chave: representações de gênero; conflitos morais; jovens; escola.

Abstract

The aim of this research was to investigate how the gender representations by young people affect how they interpret and resolve a situation of moral conflict at school. It starts from the references of the Theory of the Organizing Models of Thinking and of critical perspectives on the studies of gender as contributors of conceptual and methodological aspects in the analysis of the psychic functioning. Information was raised with 400 youngsters (15 to 21 years of age) from public and private schools, who answered in writing four questions about feelings, thoughts, and the duty of the characters (boys or girls) before a situation of homophobia at school. The perspective of the gender in the conflict resolution was analyzed taking into account the sex of the characters and the sex of the participants. The results show that the gender representations have an essential role in the manner in which the youngsters resolve interpersonal conflicts, highlighting the reproduction of stereotypes in the social relations among genders at school.

Keywords: gender representations; moral conflicts; youth; school.

Resumen

En este estudio proponemos investigar la manera cómo las representaciones de jóvenes sobre género tienen acción en las formas de interpretar y resolver una situación de conflicto moral en la escuela. Parte de la Teoría de los Modelos Organizadores del Pensamiento y perspectivas críticas sobre los estudios de género como contribuyentes de cuestiones conceptuales y metodológicas en el análisis del funcionamiento psíquico. Se recogieron datos sobre 400 jóvenes (15 a 21 años) de escuelas públicas y privadas. Se les pidió que respondieran por escrito a cuatro preguntas sobre los sentimientos, los pensamientos y el deber de los personajes en una situación de homofobia en la escuela. Hemos analizado la perspectiva de género en la resolución de conflictos desde el sexo de los personajes y de los participantes, y apuntamos que las representaciones de género tienen un papel importante en la resolución de conflictos interpersonales reproduciendo estereotipos en las relaciones de género en la escuela.

Palabras-clave: representación de género; conflictos morales; jóvenes; escuela.

¹ Psicólogo e Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Endereço para correspondência: Av. Dom Antonio, 2100, Parque Universitário, Assis, SP, CEP: 19.806-900. Endereço eletrônico: llsouza@assis.unesp.br

Caminhos da Perspectiva de Gênero nos Estudos da Moralidade

Classicamente, os estudos de psicologia moral têm como marco de referência a perspectiva cognitivo-evolutiva representada pelas produções de Jean Piaget (1932/1994) e Lawrence Kohlberg (1992).

Piaget inaugura e torna notório o estudo psicológico da moralidade a partir do estudo da psicogênese da prática e da consciência das regras e das noções de justiça entre crianças. Em função da manutenção e diferenciação das regras, envolvidas nos jogos de meninas e meninos, ele acaba por concluir que as meninas “têm o espírito jurídico menos desenvolvido que os meninos” (Piaget, 1932/1994, p. 69), o que acarretou a acusação de sua obra, *O juízo moral na criança*, como um trabalho de caráter sexista.

Kohlberg (1992), que deu continuidade aos estudos de Piaget sobre a moralidade, produziu extensa obra, com seus colaboradores, na qual buscou comprovar a universalidade da moral e a sua continuidade em estágios evolutivos depois da infância. Sua teoria moral propõe a moralidade em três grandes níveis, os quais se subdividem em seis estágios, dois em cada nível. Kohlberg fundamenta sua teoria destacando a justiça e a universalidade da moral, como principal noção definidora dos juízos morais de crianças, adolescentes e adultos. Os dados obtidos por Kohlberg (1992), em amostras do sexo feminino, demonstraram que as mulheres não atingiam os níveis mais altos de desenvolvimento moral (localizavam-se nos estágios 3 e 4). As mulheres, portanto, seriam pouco desenvolvidas moralmente em função das relações sociais às quais estão submetidas desde a infância, com brincadeiras pouco estimulantes na troca de papéis e que exigem a resolução de problemas a partir de uma perspectiva lógica (Kohlberg, 1992).

Entretanto, além do fato de Piaget não ter explorado a questão das diferenças de gênero, dado seu propósito não consistir em realizar um tratado sobre a moral infantil e avançar nesse tema, o próprio contexto histórico e temporal de suas pesquisas não ofereceu a oportunidade para uma crítica sobre essas diferenças. O contexto de produção da obra inicial de Kohlberg se situa entre as décadas de 1950 e 1970, início das problematizações feministas e culturalistas sobre as relações entre ciência e gênero. Embora Kohlberg (1992) tenha revisado suas afirmações sobre a moralidade masculina e feminina, manteve o caráter universal e racional da moral em seu programa teórico. A razão como principal regulador moral e a justiça como principal valor demarcam as

explicações sobre as diferenças de gênero a partir do ponto de vista androcêntrico.

A universalidade da moral diminui o peso das relações sociais e da cultura na produção das diferenças de gênero e no campo da resolução de conflitos morais. Desse modo, as ideias e pesquisas de Piaget e Kohlberg geraram críticas das feministas, notadamente aquelas que se dedicavam a ressaltar o papel da mulher na ciência não só como pesquisadora, mas também como categoria a ser lembrada nos estudos científicos, já que uma ciência androcêntrica é excludente (Benhabib, 1992).

A principal crítica ao androcentrismo, na psicologia da moralidade de Piaget e Kohlberg, é de Carol Gilligan (1982/1993). Gilligan realizou entrevistas abertas, com dilemas, junto a homens e mulheres de idades que compreendiam a infância, a adolescência e a maturidade, encontrando a predominância entre os homens de uma ética da justiça e nas mulheres uma ética do cuidado. Em outro estudo, Gilligan e Attanucci (1988) afirmam algumas relações entre as orientações morais (cuidado e justiça) e o sexo dos participantes: a) o cuidado e a justiça são dimensões da moral tanto no mundo público quanto no mundo privado e b) homens e mulheres usam as duas orientações. No entanto, homens orientam-se mais pela justiça e mulheres mais pelo cuidado. A ética da justiça e a ética do cuidado estão presentes no homem e na mulher embora em níveis diferentes de uso. São complementares, não antagônicas.

De acordo com Gilligan (1982/1993), tal articulação exige trazer a dimensão do *eu* para a explicação da moralidade, sendo que o *eu* compreende o modo como o sujeito se representa (sua identidade). A construção da identidade moral do sujeito é efetivada pela relação entre a identidade pessoal e a identidade coletiva ou cultural de gênero. O debate continua atual, e pesquisas indicam que há diferenças de estilos morais entre os gêneros (ética da justiça e ética do cuidado) que podem ser explicitadas pelas referências de gênero que o sujeito elabora sobre si mesmo em relação aos outros (Skoe, Eisenberg, Cumberland, Hansen, & Perry, 2002).

Outros estudos, como os de Walker (1984) e Friedman (1995), afirmam a importância da cultura de gênero e, ainda, do modo como o sujeito a interpreta na análise da moralidade humana. Walker propõe uma meta-análise dos estudos baseados em Kohlberg e constata que as diferenças entre os sexos, nos estágios morais, encontrados por esse último, desaparecem quando a ocupação profissional e o nível educacional de homens e mulheres são os mesmos. Já Friedman também considera o fator cultural, mas acrescenta ainda que

as diferenças de gênero em relação à moralidade também se devem às imagens que o sujeito constrói sobre o que é ser homem e ser mulher na sociedade.

Entretanto, em meio ao debate, ainda há outros que articulam o gênero como variável psicológica e o sexo como variável biológica, estabelecendo que as diferenças existentes nas orientações morais de homens e mulheres têm pouca influência da identidade (de gênero) e da cultura (contextuais: nível de escolaridade, religião, nível socioeconômico) nas orientações morais, afirmando que não há diferenças de estilos de julgamento moral que possam se fundamentar na cultura de gênero (Anwar, Bhutto, Maitlo, & Khawaja, 2012; You, Maeda, & Bebeau, 2011; Fumagalli et al., 2010; Koller, Vinas, & Biaggio, 1992).

O conceito de gênero que atravessa as pesquisas apontadas anteriormente é afirmado como uma construção psicológica em oposições ou contrastes (masculino, feminino e andrógino). Então, o conceito tende a uma organização do gênero que é essencialista/naturalista em sua raiz, já que não está expressa a ideia de pluralidade sobre o masculino e o feminino. No tocante ao conceito de moral e ao papel dos conteúdos na orientação da resolução de conflitos e dilemas, a perspectiva cognitivo-evolutiva tem como marco a ética da justiça e a razão como reguladoras das decisões morais².

Outros estudos (Kelly, 2011; McGillicuddy-DeLisi, Sullivan, & Hughes, 2003), na tradição da perspectiva cognitivo-evolutiva, buscaram compreender as relações entre as representações de gênero e a elaboração de julgamentos morais por adolescentes e crianças, considerando diferentes histórias, cujos participantes têm que julgar as situações a partir da perspectiva de gênero (com personagens dos sexos masculino e feminino). Tais pesquisas indicam que há influência dos papéis e das representações de gênero nas formas de julgar moralmente uma situação, seja pelas orientações da ética do cuidado, da justiça ou ambas (mista).

As contribuições de Gilligan ainda se destacam para a discussão ao apresentarem um quadro que aponta para o papel da cultura (modos de ser e fazer) de gênero e as representações produzidas nessa cultura na construção da moralidade. A introdução da cultura de gênero na explicação das diferenças entre homens e mulheres, no que tange aos modos como resolvem problemas morais, traz grandes avanços à questão. Todavia, o binarismo

proposto, ética do cuidado e ética da justiça, marca uma linha divisória entre os gêneros. Mas a autora também contribui quando destaca que o *eu*, ou as representações de si, agrega o gênero como referência – a identidade pessoal é produzida na relação com a identidade coletiva ou cultural – e configura formas de ser e agir. Embora ainda seja considerada estruturalista em sua análise (Campbell & Christopher, 1996), outros autores a consideram revolucionária na investigação e na proposta de revisão dos estudos da moralidade (Bookman, 1999).

Psicologia Moral e Gênero: outros recursos teóricos e metodológicos para uma investigação

Como vimos em seção anterior, o tema da diferença de gênero adentra o campo de estudos da Psicologia Moral com tendências naturalistas e dualistas sobre os comportamentos, considerando alguns avanços como nas leituras de Gilligan (1982/1993), Friedman (1995) e Walker (1984). No sentido de problematizar essas tendências, a introdução de ideias como as de construção e de pluralidade de gênero (masculinidades e feminilidades) e a de complexidade foram consideradas em nossas investigações, durante este trabalho, cujo objetivo foi investigar o modo como as representações de gênero atuam nas formas de resolução de conflitos entre jovens na escola.

Com os novos paradigmas em ciência (Schnitman, 1996), procura-se romper com as dicotomias, abstrações e reduções no campo da pesquisa. As perspectivas que elaboram críticas feministas nos estudos de gênero (Scott, 1995; Gilligan, 2011; Benhabib, 1992) auxiliam no avanço do estudo da moralidade a partir dos novos entendimentos sobre o masculino e o feminino como produzidos numa rede de relações entre diferentes dimensões. O gênero exige um tratamento de análise em que se considere também o seu caráter cultural, histórico e social (embora não determinista), pluralizando o masculino e o feminino e a emergência de identidades diversas.

Entretanto, cabe apontar que há outras perspectivas que se propõem a ampliar as análises realizadas. Butler (1990) empreende uma crítica ao sistema sexo/gênero/desejo, negando as propriedades essencialistas dessa relação, seja a que afirma a matriz biológica do sexo ou a cultural determinante do gênero e suas relações consequentes com o desejo (homossexual, heterossexual). Para ela, ainda, gênero e sexo têm uma matriz discursiva que borra as demarcações e determinismos. Essas considerações levam à ideia

² Em levantamento que realizamos em bases de dados como *PsycINFO* e *Web of Science*, identificamos mais de 400 trabalhos a partir dos descritores gênero e moral. A maioria deles trata gênero como categoria binária e utiliza a cultura como explicação das diferenças de gênero quando estas são significativas em seus estudos.

de gênero como processo em (des)construção, destacando as pluralidades possíveis³ com atravessamentos de raça, etnia, classe social e outros.

Para este estudo, tomamos o conceito de gênero como conjunto de experiências e de sentidos em construção, em processo, não sendo entendido como uma categoria binária e essencial, mas que tem marcas de significação na história, na cultura e no corpo. Masculino e feminino podem ser considerados em suas pluralidades, podendo se organizar em formas de pensar, sentir e agir diferentes arbitrariamente a qual sexo (homem ou mulher) se vinculam.

Procuramos aproximar tais considerações em diálogo com os estudos que se dedicam a problematizar o gênero em psicologia da moralidade. Na discussão que se segue, remetemo-nos às representações de gênero, buscando compreender como jovens representam esse conteúdo, e o modo que ele atua no funcionamento psicológico, quando resolvem problemas morais.

Por isso, partimos de um núcleo teórico e metodológico de investigação que vai ao encontro de estudos sobre os modos de o sujeito interpretar o mundo e a si mesmo, diante de diversas situações cotidianas (notadamente morais) (Vasconcelos, Arantes, Souza, Trevisol, & Belotto, 2010). Referimo-nos à Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, cujos trabalhos sobre o estudo da moralidade (Sastre & Timón, 2003; Sastre, Moreno, & Pavón, 1998) têm introduzido a metodologia e a perspectiva teórica dos modelos organizadores, discutindo a partir de considerações sobre o conceito de moralidade e dos aspectos envolvidos na sua construção como a afetividade, os sentimentos, o conhecimento social e a cultura.

Um modelo organizador do pensamento (Arantes, Sastre, & González, 2010; Moreno & Sastre, 2010; Souza, 2009) é um construto teórico que pretende possibilitar a aproximação com as regularidades e diversidades das construções mentais dos sujeitos diante de situações cotidianas. Sua definição é um conjunto de representações elaboradas pelos sujeitos, no processo de apropriação de uma realidade, que implica abstração dos elementos envolvidos, atribuição de significado aos elementos e relações/implicações

³ Para Butler (1990), os feminismos incorrem no equívoco de considerar gênero como tendo substrato cultural, de base binária fornecida pela heteronormatividade, pois caem na armadilha do determinismo e essencialismo, assim como as matrizes biologizantes. Não há como estender esta discussão neste artigo mas, para os propósitos deste texto, consideramos as contribuições de Butler como importantes avanços na dissolução do sistema compulsório heterossexual sexo/gênero/desejo, tomando o gênero como ato (performance) que produz significados.

entre elementos e significados, isto é, a interpretação da realidade. Há que ressaltar que realidade é um produto da construção que se refere a dados objetivos (do contexto) e subjetivos. O modelo organizador é a “realidade” subjetiva que serve de pauta para ações e condutas dos sujeitos na realidade.

Os estudos realizados, a partir do marco teórico e metodológico da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, fornecem algumas pistas sobre o papel do gênero (como uma representação coletiva e pessoal) na construção da moralidade.

Com uma investigação acerca das representações de gênero de sujeitos de diferentes idades (meninos e meninas) sobre a resolução de um conflito moral, Sastre et al. (1998) encontraram diferentes representações de gênero sobre as quais perceberam uma evolução em relação às idades, diferente da encontrada nas propostas por Kohlberg em estudos semelhantes, destacando-se que os sujeitos, à medida que a idade aumenta, mostram maior preocupação pelo bem-estar do amigo do que o respeito pela moral.

Sastre e Timón (2003) estudaram as formas de articulação da justiça, do comportamento de ajuda e dos sentimentos no raciocínio moral a partir das diferenças de gênero. Meninas e meninos elaboraram, em sua maioria, representações que se voltam mais para a atenção e cuidado na relação entre eles do que direitos e deveres. No entanto, os meninos tendem a ter uma visão sobre si mesmos como mais fortes, menos vulneráveis e mais objetivos, revelando maior facilidade em elaborar modelos a partir da perspectiva da justiça, do que os referendados na felicidade e na ajuda. Já as meninas conseguem integrar diferentes domínios (sentimentos e ajuda), elaborando modelos de justiça com maior complexidade, indicando que elas têm maior flexibilidade e abertura na valoração de comportamentos.

Destacam-se também os trabalhos de Leal (2003) e Pupo (2007), que investigaram as representações que meninos e meninas de diferentes idades elaboram sobre cenas de conflitos, envolvendo homens e mulheres, na escola e na vida doméstica. Ambos indicam que meninas e meninos apresentam uma homogeneização e forte interiorização dos estereótipos de gênero. Pupo (2007) ressalta ainda que foram encontradas diferenças significativas entre as representações femininas e masculinas sobre a situação, notadamente sobre a ação esperada pelo sexo oposto na situação apresentada.

Stach-Haertel (2009) investiga as crenças e valores sobre a socialização de gênero de adolescentes de um contexto urbano. Seu estudo

aponta para uma hierarquização e subordinação das relações de gênero em adolescentes na medida em que crescem. Quanto maiores as idades, mais duram as marcas das diferenças pautadas pelas desigualdades entre os sexos. Já Martins (2008) analisou o papel da cultura de gênero na organização do pensamento de estudantes universitários e estudantes adultos que cursaram somente o Ensino Fundamental. A autora utilizou situações de conflito ético envolvendo o tema gênero e violência. Em sua análise, identificou elementos da cultura na apropriação das situações pelos sujeitos, indicando também diferenças em função dos níveis de educação formal.

Todas essas pesquisas tentam avançar teoricamente na ampliação do conceito de moral, destacando as múltiplas relações entre cultura, cognição e afetividade na elaboração das representações sobre uma dada realidade. Metodologicamente, avançam na busca de instrumentos e análises que deem conta da complexidade, envolvida na produção de significados, sobre a realidade e de seu impacto sobre as ações do sujeito no cotidiano, e procuram superar as dicotomias dos estudos da moralidade que criam expectativas sobre os comportamentos, sentimentos e representações de homens e mulheres em situações de conflito.

Alguns desses estudos (com exceção dos de Stach-Haertel, 2009; Martins, 2008; Pupo, 2007) não colocam o gênero como objeto central de investigação, mas como categoria que auxilia na interpretação dos resultados, embora mencionem os contextos ou relações educativas em que o gênero é produzido e suas consequências sobre o modo como os sujeitos resolvem problemas interpessoais e morais.

Os estudos apresentados apontam que o heterossexismo e o androcentrismo que atravessam as práticas sociais cotidianas são perpetuados por meio das instituições que mantêm os valores e representações a respeito do homem e da mulher na sociedade – a igreja, a família e a escola são alguns exemplos.

A presença de sexismo e heterossexismo no cotidiano nos remete ao conceito de homofobia. Segundo Borrillo (2010), “a homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens ou mulheres”. Entretanto, ela extrapola essa definição, considerando que é a partir do sexismo (diferenças transformadas em desigualdades entre homens e mulheres) que a homofobia se estabelece, quando papéis de gênero ou a própria identidade de gênero não correspondem ao sexo biológico.

As consequências desse fato se revelam no estudo de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2013)

em que verificam que, no Brasil, entre 1973 e 2011, diversas pesquisas indicam que o preconceito contra não-heterossexuais não é homogêneo e pode ser localizado, em sua maior parte, em valores sexistas e no preconceito em relação à não-conformação de gênero. Do mesmo modo, a presença de uma masculinidade e feminilidade hegemônica pode construir atitudes homofóbicas. O estudo de Seidler (2000) é expressivo nesse sentido, quando desvela as estratégias que relacionam à masculinidade hegemônica a razão e a moral da justiça, o que inferioriza as mulheres e homens que não se identificam com esse modelo. Já Kimmel (1994) aponta que essa masculinidade hegemônica referente ao homem branco, heterossexual, classe média, ajuda a construir a homofobia em relação a todas e todos aqueles que não estão incluídos nessa categoria.

Método

Nesta pesquisa, tivemos o objetivo de investigar como as representações de gênero de jovens atuam no modo como eles resolvem um conflito moral na escola. O trabalho pretendeu contribuir com as discussões realizadas na primeira seção sobre o papel da cultura de gênero na elaboração de juízos e valores acerca de situações que envolvem problemas morais. Partiu do conceito de gênero como categoria plural, não-essencialista (bio ou culturalmente), bem como da ideia de representação calcada nas experiências individuais e coletivas dos sujeitos em interação com o mundo e os outros. A perspectiva de análise da moralidade também se abre para outras possibilidades, além da fundada no valor justiça e de outros aspectos da vida psíquica na formulação de juízos morais (sentimentos, desejos, valores).

Participantes, instrumentos e coleta de informações

Os participantes foram 400 jovens (15 a 21 anos), distribuídos igualmente entre escolas públicas (200) e particulares (200) dos estados de Mato Grosso e São Paulo, bem como de cada sexo (200 homens e 200 mulheres).

Como instrumento de investigação, elaboramos uma história que se ambienta no espaço escolar, em que o suposto comportamento masculinizado (de uma menina: Denise) ou efeminado (de um menino: João) leva à sua exclusão do convívio social entre os demais alunos e alunas. Trabalhamos com duas histórias: uma, cujos personagens eram do sexo masculino e outra com personagens do sexo feminino. As questões que se seguem à história

abordam os pensamentos, sentimentos e ações de uma das personagens que se envolve num conflito moral diante do preconceito (homofobia) sofrido por um(a) colega (Carlos/Denise). Transcrevemos a história de Carlos e João, que é igual à de Lara e Denise.

No início do ano, Carlos mudou de cidade e de escola. Sempre teve muitos amigos e não demorou muito em fazer amizade com alguns meninos da escola.

Carlos conheceu também, em sua sala, João, com quem passou a fazer alguns dos trabalhos de classe e a conversar sobre músicas e cinema.

Em um determinado fim de semana, Carlos convidou João e outros amigos da turma para assistirem a um filme novo e, para sua surpresa, os demais amigos disseram que não iriam porque não se "misturavam" com João. Achavam que ele era gay, pelo jeito efeminado com que andava e falava, e Carlos teria que escolher entre convidar João ou seus amigos.

O que sentiu e pensou Carlos diante dessa situação? Explique por que.

O que Carlos deveria fazer nessa situação? Explique por que.

A aplicação do instrumento foi distribuído da seguinte forma: para 200 participantes (100 homens e 100 mulheres), somente as personagens do sexo feminino; e para os outros 200 (100 homens e 100 mulheres), a história com personagens do sexo masculino.

Foi realizado o contato prévio com as escolas, as quais, mediante a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que salvaguardou a identidade dos jovens e das escolas, autorizou a realização da pesquisa⁴. Abordamos os participantes nas salas de aulas de suas escolas e solicitamos as respostas por escrito sem identificações pessoais. A participação foi facultativa, não sendo nenhum deles obrigado a participar. Com as informações coletadas e analisadas, identificamos os modelos organizadores elaborados pelos participantes e, posteriormente, as categorias.

Modelos e categorias

O recorte que apresentaremos a seguir refere-se aos diferentes modelos organizadores e categorias decorrentes que demonstram os modos como jovens do estudo resolvem conflitos morais desde uma perspectiva de gênero, no caso das questões

relacionadas ao personagem que sofre o conflito moral.

A análise foi orientada pela definição de modelo organizador, destacando seus componentes: os elementos abstraídos e retidos como significativos, os significados atribuídos aos elementos e as implicações e/ou relações entre elementos e significados (Moreno & Sastre, 2010). A análise dos protocolos, buscando os modelos organizadores, permite a identificação das regularidades e das diversidades na maneira de resolver os conflitos propostos na história apresentada. Desse modo, buscamos contemplar na análise as exceções e as respostas que caracterizam a maioria dos participantes. Identificamos a organização dos conteúdos pelos participantes, para a construção de suas respostas, e procedemos à construção dos modelos a partir das respostas dos participantes.

A análise das categorias de modelos obedece à mesma orientação da análise dos modelos, considerando os princípios éticos atribuídos pelos participantes às personagens. Primeiro, foi efetuada uma análise em relação às diferenças e semelhanças das respostas entre os participantes do sexo masculino e as participantes do sexo feminino.

Foram cinco modelos organizadores encontrados, que se agrupam em duas categorias, que será nosso objeto de análise e discussão.

Resultados e Discussão

Apresentamos agora os dados referentes à distribuição dos modelos organizadores elaborados pelos participantes. Foi encontrado o total de cinco modelos, que são descritos a seguir, acompanhados de exemplos de respostas de participantes para as questões A e B.

No modelo 1, os participantes organizaram suas representações sobre a situação apresentada, a partir do conflito de ter que escolher entre duas amigas, podendo ser exemplificado pelo depoimento do participante M46 (18 anos/Masc./Escola Pública/SP/Conteúdo Pers. Masc.):

A – Deve ter se sentido constrangido com a situação, sem saber muito o que pensar e fazer já que são todos seus amigos. B – Deveria adiar o programa para não ter que escolher entre um e outro.

No modelo 2, os participantes construíram suas respostas, em torno do comportamento masculinizado ou efeminado da personagem, como um direito que deve ser respeitado. Como exemplo, segue o relato do participante M358 (/18 anos /Masc./Escola Pública/MT/ Conteúdo Pers. Fem.), que expressa:

⁴ Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp. Processo nº 1767/2005 e registro 024/2005, sendo aprovada em seus procedimentos.

A – Denise se sentiu surpreendida diante de tal discriminação, porque a menina gosta de se vestir dessa maneira e também falando e obtendo modos masculinos. Denise pensou em explicar o porquê disso e tentar tirar essas discriminações. B – Deveria conversar com todas as meninas para tentar tirar os preconceitos, de um gosto diferente de uma colega.

No modelo 3, os participantes organizaram suas respostas a partir das consequências do comportamento do(a) outro(a) sobre a vida social e a identidade do amigo ou amiga. O participante M42 (17 anos/Masc./Escola Pública/SP/Conteúdo Pers. Masc.) diz que:

A – Sentiu-se meio que perdido, ficou indeciso se convidaria João ou os amigos. Porque ele não queria ficar mal falado na escola nova, pois era aluno novo e ninguém o conhecia direito e não queria ser chamado de gay também. B – Deveria chamar seu amigo João porque as outras pessoas falando que era gay, sendo que verdade ou não isso não mudaria seu jeito.

No modelo 4, os participantes construíram suas respostas em torno da necessidade da personagem que presenciou a situação em proteger e defender o(a) outro(a) pela amizade, tal como a resposta de F12 (17 anos/Fem. Escola Pública SP/ Conteúdo Pers. Masc.):

A – Nesta situação, um homem fica confuso, pois é um amigo dele, este colega com quem fez amizade na sala de aula. Dependendo da cabeça do Carlos, se ele não for machista, ele vai convidar o João e deixar os amigos de lado; mas se ele for, é lógico que vai preferir os colegas da escola. B – Carlos deveria convidar o João sem pensar no que iriam falar dele. Afinal de contas, ele é ou não amigo do João.

No modelo 5, as respostas partiram do sentimento de rejeição/decepção pelo ato de preconceito do grupo de amigos(as), como diz F323 (18 anos/Fem./Escola Pública/MT/ Conteúdo Pers. Fem.):

A – Ela se sentiu muito confusa, triste, sem saber o que dizer do comportamento das amigas, totalmente sem ação. Porque Denise apenas queria se divertir sem preconceito, diferente das suas amigas. B – Deveria sair com sua amiga Lara e demonstrar que não tem preconceito. Porque no mundo deveríamos aplicar um pouco de amizade mesmo não sendo igual.

Tais modelos podem ser distribuídos de acordo com a perspectiva de gênero (sexo dos participantes cruzado com o sexo dos personagens) como segue:

Tabela 1 – Distribuição da frequência (e percentual) de modelos organizadores segundo os participantes de sexo MASCULINO e FEMININO em relação aos pensamentos, sentimentos e ações da PERSONAGEM DE SEXO MASCULINO E FEMININO.

MODELOS	Participante/Masculino		Participante/Feminino		TOTAL
	Pers. Masc.	Pers. Fem.	Pers. Masc.	Pers. Fem.	
1	41 (41%)	21 (21%)	24 (24%)	29 (29%)	115 (28,75%)
2	19 (19%)	17 (17%)	22 (22%)	38 (38%)	96 (24%)
3	21 (21%)	12 (12%)	35 (35%)	6 (6%)	74 (18,5%)
4	15 (15%)	39 (39%)	16 (16%)	17 (17%)	87 (21,75%)
5	4 (4%)	11 (11%)	3 (3%)	10 (10%)	28 (7%)
TOTAL	100 (100%)	100 (100%)	100 (100%)	100 (100%)	400 (100%)

Para a personagem do sexo masculino, os jovens consideram, principalmente, que a indecisão entre as duas relações de amizade organiza a resolução da situação de conflito e a situação problema (modelo 1 - 41%), e as jovens destacam a identidade pessoal e a imagem social como

organizadoras da mesma situação para a personagem do sexo masculino (modelo 3 - 35%).

Já para a personagem do sexo feminino, a maior parte dos jovens atribui como organizadores da resolução do conflito o cuidado e a atenção para com as necessidades afetivas do outro (modelo 4 - 39%), e a maioria das jovens considera o direito e a

justiça como princípios que organizam a resolução da situação pela personagem do sexo feminino (modelo 2 - 38%).

Após a organização dos modelos, prosseguimos com a organização das categorias de modelos. As categorias detectadas nos protocolos baseiam-se nos modelos organizadores construídos. Compreendemos que elas representam conteúdos, organizam-se em torno de princípios destacados como significativos pelos participantes e expressam as suas representações sobre a situação em questão.

As categorias de modelos já foram utilizadas em outras pesquisas (Arantes et al., 2010; Martins 2008) e servem para discutir melhor os dados à luz do objeto de investigação. No caso da presente pesquisa, elas se referem às regularidades que podem ser descritas entre os modelos que são construídos a partir das representações de gênero na situação de conflito apresentada. Foram extraídas duas categorias que se referem às articulações de dimensão ética e moral no contexto da situação.

Denominamos de Categoria A aquela que agrupa os modelos 1 e 3. A escolha entre as diferentes amizades, os efeitos dessa escolha sobre a vida social e a identidade sexual da personagem e a decepção com o grupo de amigos(as), sobre a

discriminação cometida por eles(as), expressam a dimensão pessoal da categoria A. A dimensão ética e moral dessa categoria, sugerimos estar relacionada à possibilidade de aproximações com uma moral *self-regarding*, na qual o autorrespeito pelos seus valores e pela sua organização identitária é fundamental para as decisões acerca do conflito (Campbell & Christopher, 1996).

Uma outra categoria, que chamaremos de categoria B, traz à tona a dimensão das decisões no conflito a partir do direito e o cuidado/altruísmo para com o colega que sofre o preconceito, seja pela relação de amizade para com a personagem, seja pelo direito de ser quem ele(a) é. Os modelos 2, 4 e 5 estão nessa categoria.

O direito de ser respeitado(a) e o cuidado com o outro, no sentido de proteção e preservação da relação de amizade com aquele(a) que sofre a discriminação, expressam a categoria B. Percebe-se uma integração entre as dimensões do *outro concreto* e do *outro generalizado* proposta por Benhabib (1992), dado que o “outro” pode ser aquele abstrato, sujeito de direitos ou aquele do contexto da situação, em que seus sentimentos e necessidades são destacados como relevantes para a decisão do conflito.

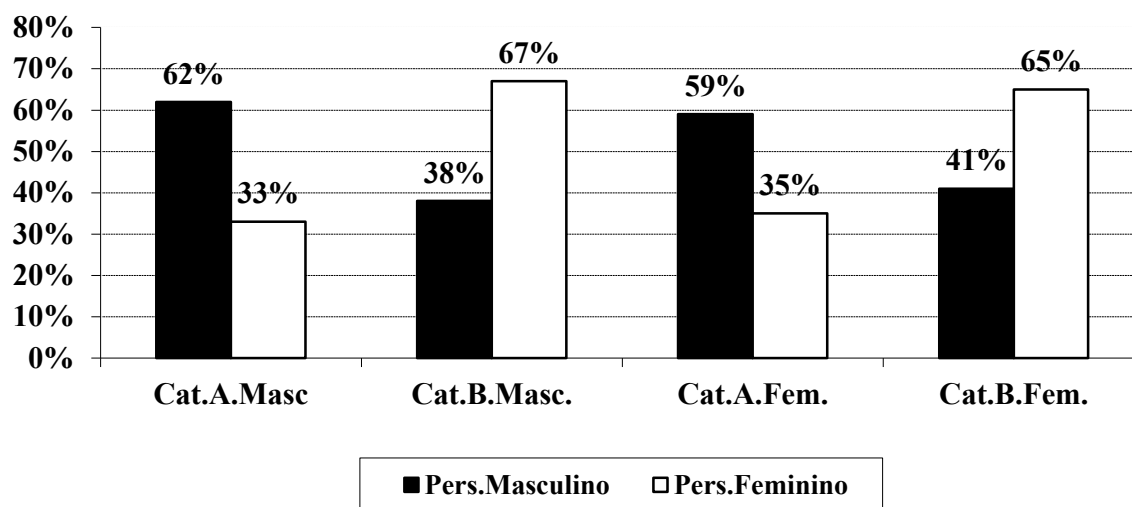


Gráfico 1. Distribuição percentual da frequência de categorias de modelos segundo os participantes de sexo MASCULINO e FEMININO em relação aos pensamentos, sentimentos e ações da PERSONAGEM DE SEXO MASCULINO E FEMININO

O Gráfico 1 informa sobre as categorias de modelos aplicados pelos participantes do sexo masculino e feminino numa perspectiva de gênero das personagens. A categoria A é aplicada por 62% dos jovens participantes para a personagem do sexo masculino, enquanto que a categoria B é aplicada por 67% dos jovens participantes para a personagem do sexo feminino. Para as jovens

participantes, a categoria A prevalece sobre as personagens do sexo masculino (59%); e sobre a personagem do sexo feminino, as participantes aplicaram, em sua maioria, a categoria B (65%).

O que se pode constatar é que as mudanças de categoria, em relação ao sexo da personagem, se confirmam aqui, dado que meninos e meninas participantes atribuem a categoria A (62% e 59%,

respectivamente) ao personagem do sexo masculino e a categoria B (67% e 65%, respectivamente) à personagem do sexo feminino.

Podemos dizer, a partir desses dados, que o sexo da personagem enquanto conteúdo do conflito parece influenciar no modo de resolvê-lo. A maioria dos jovens participantes considera que a personagem do sexo masculino orienta-se pelo cuidado de si mesmo e pela manutenção de suas amizades e identidade de gênero e sexual. Esse fato está relacionado ao que representa a masculinidade hegemônica que exclui outras masculinidades que não se vinculam à heterossexualidade (Seidler, 2000; Kimmel, 1994). A respeito da personagem do sexo feminino, grande parte dos jovens participantes considera o outro (seja concreto ou generalizado) como principal fonte de preocupação na tomada de decisões para a resolução do conflito. As jovens participantes também consideram que os homens tendem à autopreservação (de si mesmos e das relações que os cercam) e as mulheres tendem a orientar-se pelo “outro” nas suas decisões éticas e morais.

Essas representações (categorias A e B) apontam também para a manutenção de modelos sexistas e heterossexistas no modo como os jovens resolvem os conflitos envolvidos na situação apresentada. Um homem centrado em si mesmo e preocupado com a imagem de si diante dos outros e com medo de perder sua identidade de gênero e sexual (Kimmel, 1994). Uma mulher que se apresenta zelosa e com cuidados com os outros é representação que reforça as representações do masculino e feminino hegemônicos na sociedade e na cultura⁵.

O sistema sexo/gênero binário e contínuo (Butler, 1990) também não é questionado pelos participantes tanto em relação às categorias de modelos (A e B) quanto em relação aos modelos que fazem parte delas. Remete-se aos significados produzidos sobre os gêneros, tomando as ações cotidianas (valores, gostos etc.) das personagens vítimas da homofobia como ato performativo que produz significados na lógica heteronormativa. Reafirmando como uma continuidade, esse sistema desvela a homofobia presente no modelo 3, que desencadeia respostas, tanto de participantes homens quanto de mulheres, que atribuem o medo e a vergonha em relação à identidade (heterossexual) e à imagem diante dos outros.

⁵ Uma discussão sobre o conteúdo relacionado à homofobia e suas relações com gêneros e sexualidades do contexto simulado desta pesquisa será tratada em outro artigo em que se apresentarão também os dados referentes às representações (pensamentos, sentimentos e ações) da personagem vítima.

Considerações Finais

As representações sobre a personagem de sexo masculino, tanto por meninas quanto por meninos participantes, referem-se à categoria A, enquanto as relativas à personagem do sexo feminino relacionam-se à categoria B. Desse modo, as representações de gênero, a partir da situação de conflito sugerida na pesquisa, produzem uma imagem sobre os homens muito diferente da das mulheres diante da mesma situação (semelhante ao encontrado por Pupo, 2007). Pelos dados encontrados, a mulher tentaria integrar as dimensões pública e privada nas suas decisões e o homem tende a se autopreservar, voltando-se para si mesmo na resolução do conflito.

Esses dados demonstram uma complexidade no dinamismo do funcionamento psicológico moral dos participantes atravessado pelo conteúdo de gênero na situação de conflito. Esses participantes atribuem, de maneira geral, maiores atitudes preconceituosas a homens do que a mulheres na mesma situação de conflito (quadro semelhante foi indicado por Costa et al., 2013).

A partir das categorias A e B, foi possível delinear os modos como se articulam valores e princípios morais e éticos, considerando as representações de gênero construídas sobre as personagens da situação. A categoria A trata de uma dimensão voltada para si mesma, na qual se sobressai a preservação das amizades, de identidade de gênero e sexual que se faz binária e heteronormativa. Na categoria B, a dimensão priorizada é a do cuidado com o outro e o respeito pelo direito de ser do outro em relação à sua sexualidade.

Do ponto de vista da dimensão moral e ética, trazem à tona sentimentos e valores envolvidos na relação eu/outro diante do conflito interpessoal. A categoria A refere-se a uma preocupação consigo mesmo, trazendo a vergonha como o sentimento básico de orientação em alguns modelos dessa categoria (modelo 3) e como regulador moral na situação. A dimensão da preocupação com a própria imagem diante dos outros e com a preservação dos vínculos sociais parece trazer um caráter egoísta e individualista a essa dimensão. Foram trazidos à tona sentimentos ligados às relações sociais de amizade (seja para preservá-las, seja para preservar a própria imagem) que orientaram as decisões diante da situação de conflito.

Gilligan e Attanucci (1988) e Gilligan (1982/1993, 2011), ao afirmarem o papel da cultura na construção da moralidade, já destacaram a função do conteúdo com referência na situação diante de decisões e juízos morais. Na pesquisa que

desenvolvemos, as representações de gênero desencadearam modos de ser do ponto de vista moral, o que pode ser apontado como mais um conteúdo nessa construção, assim como foi em outros estudos (Kelly, 2011; MacGilliardy-DeLisi et al., 2003).

Assim, os dados encontrados indicam a necessidade de mais estudos na perspectiva da moralidade em que a personalidade moral ou o *self*/eu organiza o ser moral (Vasconcelos & Souza, 2010; Benhabib, 1992). Nessa organização, sentimentos, pensamentos, crenças, ideias e valores estão presentes, e, nela, o gênero tem ação central nessa organização como uma construção cognitiva, afetiva e sociocultural.

Sendo o *self* um conjunto de representações do sujeito sobre ele mesmo que agrega valores positivos e negativos, ele está em jogo nas decisões e ações morais enfrentadas no cotidiano. Pode-se verificar, neste ponto, que as categorias expressam o funcionamento do *self* a partir do sexo das personagens. É importante observar que essas informações sobre o funcionamento psíquico, no momento em que estão em jogo o gênero e a moralidade, podem ser possíveis a partir das referências teóricas e metodológicas adotadas. No entanto, este estudo não pretendeu se aprofundar nesse aspecto, sendo que mais estudos que investigam o *self* moral e identidade de gênero são necessários para afirmar essas relações e possibilidades.

Quanto às categorias elaboradas e as suas vinculações às personagens dos sexos masculinos e femininos, consideramos que elas apontam para novas significações sobre o masculino; por exemplo, o destaque dado a sentimentos morais e às relações de amizade como reguladores das relações. No tocante às personagens do sexo feminino, a categoria B traz a dimensão do direito e do dever em relação ao outro.

Essas significações sobre o masculino e o feminino do ponto de vista moral é que abrem espaço para a discussão do gênero como plural. Referimo-nos aqui a possibilidades de vinculação, em relação a personagens homens, de questões mais afetivas, pessoais e relacionais de cuidado consigo mesmo e, em relação a personagens mulheres, de questões mais racionais e de justiça. Talvez, o conteúdo da situação e o conflito moral em torno do evento da homofobia com o(a) colega tenham desencadeado essas outras possibilidades.

Notadamente, quando mencionamos a necessidade de pesquisas na perspectiva da pluralidade de gênero, tal como sugerida por Benhabib (1992), a discussão sobre a pluralidade do gênero configura também uma abertura epistemológica nos estudos sobre a moralidade, já

que a clássica binarização da moralidade em ética do cuidado e ética da justiça não nos permite ampliar a perspectiva sobre diferentes orientações, valores e princípios morais nas personalidades dos sujeitos.

Desse modo, a partir dos modelos aplicados pelos participantes e das categorias destacadas, percebemos a necessidade de revisar as teorias morais quando se trata da variável gênero. Isso significa afirmar a superação da visão de sujeito kantiano, que é autônomo e descolado de si mesmo, para assumir um sujeito que tem desejos, individualidade e necessidades concretas que entram no jogo das decisões morais e éticas vividas no cotidiano. As estruturas sozinhas não explicam a moralidade, explicável somente em conjunto com os conteúdos da situação (gênero e a sexualidade, no caso da presente pesquisa) e com as experiências (cognitivas, afetivas e socioculturais) dos sujeitos que também têm papel fundamental na sua construção.

No campo da moralidade, as contribuições deste trabalho podem estar na abertura conceitual do gênero na investigação do funcionamento psíquico diante de conflitos interpessoais e morais. Pudemos demonstrar que o estudo da moral não deve desconsiderar a multidimensionalidade do gênero e, sobretudo, as representações de gênero como reguladoras do modo como os sujeitos enfrentam os conflitos cotidianos.

Referências

- Anwar, N., Bhutto, N. A., Maitlo, Q., & Khawaja, H. A. (2012). The impact of gender role and personality on moral orientation. *Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business*, 3(9), 731-737.
- Arantes, V. A., Sastre., G., & González, A. (2010). Violência contra a mulher e representações mentais: Um estudo sobre os pensamentos morais e sentimentos de adolescentes. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(1), 109-120.
- Benhabib, S. (1992). *Situating the self, gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. Cambridge: Polity Press.
- Bookman, M. (1999). Phantoms Slain: Reading Gilligan as a revolutionary text. *Mind, Culture and Activity*, 6(3), 237-252.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

- Butler, J. (1990). *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós.
- Campbell, R. L. & Christopher, J. C. (1996). Moral development theory: A critique of this Kantian presuppositions. *Development Review*, 16(1), 1-47.
- Costa, A. C., Peroni, R. O., Bandeira, D., & Nardi, H. (2013). Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. *International Journal of Psychology*, 48(5), 900-909.
- Friedman, M. (1995). Beyond caring: The demoralization of gender. In V. Held (Ed.), *Justice and care: Essential readings in feminist ethics* (pp. 61-77). Boulder, CO: Westview Press.
- Fumagalli, M., Ferruci, R., Mameli, F., Marceglia, S., Mrakic-Spota, S., Zago, S. et al. (2010). Gender-related differences in moral judgments. *Cognitive Processing*, 11(3), 219-226.
- Gilligan, C. (1993). *Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos. (Trabalho original publicado em 1982).
- Gilligan, C. (2011). *Joining the resistance*. Cambridge/Malden: Polity Press.
- Gilligan, C. & Attanucci, J. (1988). Two moral orientations: gender differences and similarities. *Merrill-Palmer Quarterly*, 34(3), 223-237.
- Kelly, M. C. (2011). *Children's moral reasoning about attribution of intentions: The influence of gender stereotypes and theory of mind*. Tese de Doutorado não publicada, Faculty of the Graduate School, University of Maryland, College Park, USA.
- Kimmel, M. S. (1994). Masculinity as homophobia: Fear, shame, and silence in the construction of gender identity. In H. Brod & M. Kaufman. *Theorizing Masculinities* (pp. 119-141). California: Newbury Park.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao: Desclée de Brouwer.
- Koller, S., Vinas, Â., & Biaggio, Â. (1992). Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, UnB/Brasília, 8(3), 327-339.
- Leal, A. (2003). Mirar y pensar desde la cultura de género. *Anuario de psicología*, Barcelona, 34(2), 279-290.
- Martins, S. M. P. (2008). *Cultura e gênero: Um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. Tese de Doutorado não publicada, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- McGillicuddy-Delisi, A. V., Sullivan, B., & Hughes, M. B. (2003). The effects of interpersonal relationship and character gender on adolescent's resolutions of moral dilemmas. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 23(6), 655-669.
- Moreno, M. & Sastre, G. (2010). *Amor, cooperación y conflicto: Como construimos universos*. Barcelona: Gedisa.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1932).
- Pupo, K. R. (2007). *Violência moral no interior da escola: Um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Sastre, G., Moreno, M., & Pavón, T. (1998). Cultura de gênero y diversidad en el razonamiento moral. *Educar*, Barcelona, 141-153.
- Sastre, G. & Timón, M. (2003). Los sentimientos en el ámbito de la moral. *Educación e Pesquisa*, 29 (2), 219-234.
- Schnitman, D. (Org.). (1996). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educación e Realidade*, 20, 71-99.

Lemos de Souza, L. Representações de Gênero e Resolução de Conflitos Morais entre Jovens na Escola

- Skoe, E. E. A., Eisenberg, N., Cumberland, A., Hansen, K., & Perry, J. (2002). The influences of sex and gender-role identity on moral cognition and prosocial personality traits. *Sex Roles, 46* (9-10), 295-209.
- Seidler, V. (2000). *La sin razón masculina. Masculinidad y teoría social*. México: Paidós.
- Souza, L. L. (2009). Modelos organizadores, sujeito e educação: Considerações a partir do pensamento complexo. *Ciências & Cognição, UFRJ/Rio de Janeiro, 14*(1), 283-295.
- Stach-Haertel, B. U. (2009). *A constituição de subjetividades legitimadoras das desigualdades de gênero: Um estudo a partir de referenciais da Psicologia e Educação*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Vasconcelos, M. S. & Souza, L. L. (2010). Juízos e valores morais: Desafios teóricos em psicologia. *Psicologia & Sociedade, ABRAPSO, 21*(3), 343-352.
- Vasconcelos, M. S., Arantes, V. A., Souza, L. L., Trevisol, M. T. C., & Belloto, M. E. (2010). Juízos e valores morais: Estudos na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento. *Paidéia, USP/Ribeirão Preto, 207-217*.
- Walker, L. (1984). Sex differences in the development of moral reasoning. *Child Development, 53*, 677-691.
- You, D., Maeda, Y., & Bebeau, M. J. (2011). Gender differences in moral sensitivity: a meta-analysis. *Ethics & Behavior, 21* (4), 263-282.

Recebido: 03/04/2014
Reformulado: 12/06/2014
Aprovado: 30/06/2014